

## A IMPORTÂNCIA DA MERENDA ESCOLAR NA FORMAÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES

**Rosimeiry Bazaglia Ruiz**

Graduanda em Nutrição  
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

**Waldirene de Almeida Santos**

Graduanda em Nutrição  
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

**Willian Pereira Gomes**

Docente-Mestre; Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

**Deigilam Cestari Esteves**

Docente-Mestra; Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

### RESUMO

A importância da alimentação escolar para a formação de hábitos alimentares saudáveis foi a base geral deste trabalho. A necessidade de aprimorar a merenda escolar constantemente, de acordo com as necessidades nutricionais que o estudante apresenta, respeitando a cultura regional, é um objetivo que os projetos desenvolvidos exibem. Juntamente com o governo buscam o cumprimento desses ideais, fazendo necessário a presença de profissionais treinados e capacitados para melhor desempenho e para auxiliar na formação dos hábitos saudáveis alimentares. O reflexo desses novos hábitos chegam ao ambiente familiar através dos estudantes. Conclui-se que os programas nacionais que atuam nas escolas, apesar de apresentar falhas, oferece a merenda escolar em parceria com a agricultura familiar, com a qualidade em um grau satisfatório.

**PALAVRAS-CHAVE:** Merenda escolar; Nutricionista; Programas sociais.

### INTRODUÇÃO

A busca pelo desenvolvimento na qualidade de vida, seja ela cultural, social ou nutricional, dos estudantes brasileiros, é o objetivo de diversas reformulações feitas nas escolas públicas e privadas. A crescente atenção com a merenda escolar que é distribuída nas escolas públicas, ocorre através das inovações nos programas sociais, visando a alimentação saudável e adequada através da introdução de alimentos variados, seguros e higienizados e que respeitem a tradição e cultura alimentar (BRITO, 2004).

Com a disponibilização da merenda escolar adequada, o governo contribui com a educação e a globalização, visto que a criança bem alimentada não evade do

ambiente escolar e internaliza melhor o aprendizado e com a promoção da saúde, integrando a alimentação balanceada e atividades físicas, favorecendo a prevenção de doenças como diabetes, colesterol, pressão alta e intolerantes à glúten, à lactose (OCHSENHOFER *et al.*, 2006; CAMPOS e ZUANON, 2004).

Em 1955 foi implantado o Programa Nacional de Alimentação Escolar, gerenciado pela Fundação de Assistência ao Estudante - FAE, e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, pelo Tribunal de Contas da União – TCU, pela Controladoria Geral da União - CGU e pelo Ministério Público. (BRASIL, 2006). Oferecendo ao estudante diariamente suporte alimentar. (OCHSENHOFER, *et al.*, 2006; BRASIL, 2009). O programa prega aumento no rendimento escolar e desenvolvimento adequado do estudante através da oblação de uma alimentação saudável, em condições higiênico sanitárias combinadas às tradições locais (ISSA *et al.*, 2014; CAMPOS, 2003a).

O nutricionista deve usar o Programa como instrumento pedagógico, objetivando integrar a educação alimentar e nutricional para comunicar-se com as equipes da escola, famílias e com os estudantes, inserindo atividades que denotam a importância e eficácia do Programa (CAMPOS, 2003b). Salientando que a Educação Alimentar Nutricional (EAN) precisa ser contínua, destinando-se a promoção de hábitos alimentares saudáveis para o estabelecimento do comportamento alimentar (TADDEI *et al.*, 2011).

Dentro do ideal do PNAE, uma das ações é a formulação e apresentação dos cardápios, que são elaborados de acordo com a cultura de cada região, tendo ainda os cardápios especiais para crianças com patologias que exigem tratamento diferenciado (SILVA, GREGÓRIO, 2012).

A merenda escolar é imprescindível quanto a construção e o desenvolvimento de hábitos alimentares adequados para o escolar, refletindo no ambiente familiar, na frequência a escola e na manutenção a saúde, tendo governo e sociedade trabalharem em parceria (OCHSENHOFER, 2006; CAMPOS e ZUANON, 2004; TADDEI *et al.*, 2011).

## 1 METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica foi realizada com a busca de artigos, resoluções e legislações publicados nas bases de dados eletrônicas Scientific Electronic Library Online Brasil (SciELO), Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) Biblioteca Virtual em Saúde (BVS, Ministério da Saúde, Brasil), Sistema de Legislação em Saúde (Saude-legis, Ministério da Saúde, Brasil) e Legislação em Vigilância Sanitária (e-legis, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Brasil), que abordaram políticas públicas no Brasil de nutrição e merenda escolar. Foram utilizadas palavras-chave: Merenda escolar; Nutricionista; Programas sociais. Por meio da leitura dos documentos encontrados, foram escolhidos os que continham informações de acordo com os propósitos da pesquisa.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Histórico da merenda escolar no Brasil

Inicialmente, a política social quanto a questão era simples e contava com grande ajuda da população, visto o caráter inédito da medida. Conforme citado por Mazzilli (1987), a “Sopa Escolar” constitui a primeira forma de suplementação alimentar; preparada nas residências das famílias e era transportada até as escolas. Nessa época, entretanto, não havia a preocupação com o estado nutricional das crianças que recebiam o alimento, pois, a Desnutrição Proteico-Energética - DPE, deficiência identificada somente na década de 30, ainda não se reconhecia. Pretendia-se apenas minimizar a fome das crianças que chegavam à escola sem que tivessem ingerido qualquer alimento. Em meados dos anos 30 houve o início dos movimentos sociais relacionados à merenda escolar.

Com o passar dos anos e, conseqüentemente com aumento de estudos sobre a importância da alimentação e, nesse ínterim, com a descoberta da eficiência de uma merenda escolar de acordo com as necessidades humanas, houve desenvolvimento de programas buscando maior abrangência e aplicabilidade de projetos relacionados ao assunto. A década de 40 foi marcada por grande efeito da desnutrição nas crianças brasileiras, exigindo serias “ostensivas” para diminuição da

taxa de mortalidade e melhores condições de vida. No Estado de São Paulo, em 1945, em decorrência da criação da Seção de Nutrição do Serviço de Saúde Escolar, as atividades alimentares foram substituídas para condutas orientadas. Ainda nesse ano instituiu-se a Comissão Nacional de Alimentação - CNA, regulamentada somente em 1951, ganhou recursos específicos, e teve como órgão incumbido de assistir o Governo na formulação da política nacional de alimentação, coordenando para este fim os vários órgãos da administração pública, esses recursos financeiros permitiram o financiamento parcial do PNAE (1955) (CASTRO, 1977, STEFANINI, 1987). Em 1979 a alimentação da escola passa a ser o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). E, 1995 há uma descentralização dos recursos e em 1998 passa a ser coordenado pelo FNDE - Lei nº9649, de 1998. Em 2003 grande avanço devido a Estratégia Fome Zero (2009) - Lei 11.947/2009 - Aquisição de gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar.

## **2.2 A importância da alimentação escolar**

A qualidade de vida e o desenvolvimento social atentam ao fato que crianças e jovens passam grande parte de suas vidas fora do ambiente familiar, seja em escolas públicas, particulares e cursos diversos. A correta educação alimentar é fundamental no desenvolvimento do escolar. A implicação da escola como um vetor de grande valia para a educação alimentar coloca em destaque a merenda escolar, com devido acompanhamento nutricional e correta aplicação, diminui casos de desnutrição e de obesidade. Em tempo, uma criança bem alimentada no âmbito escolar tem rendimento melhor, visto que algumas dessas crianças contam com a merenda escolar como única refeição do dia. Manter uma criança alimentada aumenta sua capacidade intelectual, dentre outras, conforme citam Ribeiro e Silva (2013).

Para que uma correta alimentação se concretize, há necessidade de balanceamento, com diversidade nos alimentos, incluindo carboidratos, lipídios, proteínas, sais minerais, água, fibras, sal, gorduras, vitaminas em quantidades proporcionais à necessidade, além da prática de exercícios.

### **2.3 O nutricionista no ambiente escolar**

Não há que se pensar em alimentação para a coletividade, balanceada e com intuitos de adequar o consumo de alimentos ao dia a dia de um indivíduo sem colocarmos nesse ínterim um nutricionista. É o profissional qualificado para apresentar propostas e direcionar os trabalhos dentro de qualquer cozinha de forma a apresentar resultados quanto quantidades de nutrientes e afins. Em geral, há um entendimento que o nutricionista na escola apenas faz o planejamento e a produção de refeições. Entretanto, há muitas outras atividades que devem ser desenvolvidas, como as práticas educativas com os pais, funcionários da escola e os alunos, fazendo uma associação entre a educação, a saúde e a nutrição. Compete ao nutricionista planejar, coordenar e supervisionar a aplicação de testes de aceitabilidade junto à clientela, sempre que houver introdução de alimento novo ou quaisquer outras alterações inovadoras no que diz respeito ao preparo, ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados frequentemente (BRASIL, 2009).

### **2.4 Teste de aceitabilidade da merenda escolar**

O FNDE impôs a implantação do teste de aceitabilidade da merenda escolar com intuito de conhecer a qualidade da comida oferecida à rede escolar. O teste de aceitabilidade é destinado a medir o índice de aceitabilidade da alimentação oferecida aos escolares, devendo ser aplicado por meio de procedimentos metodológicos, como Resto Ingestão ou Escala Hedônica (facial, mista, verbal e lúdica), com a finalidade de observar parâmetros técnicos, científicos e sensoriais reconhecidos. Faz parte deste teste a análise sensorial de alimentos, que evoca, mede, analisa e interpreta reações das características de alimentos e materiais como são percebidas pelos órgãos da visão, olfato, paladar, tato e audição (CECANE, 2010; GARCIA, e MANCUSO, 2012).

## 2.5 Programa nacional de alimentação escolar

Com o advento dos programas voltados à merenda escolar, em 1954 foi implantado o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar – com o intuito de aumentar alcançar o máximo possível de escolas e ter do governo federal um apoio enfático. Trata-se do programa mais antigo na área da alimentação escolar, sendo mantido e custeado pela União, podendo ser complementado pelos Estados e Municípios caso o repasse do Governo Federal seja insuficiente (BELIK e CHAIM, 2009).

No portal do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação lê-se que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como merenda escolar, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos. É considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado.

O objetivo do PNAE é contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis. A transferência é feita em dez parcelas mensais, a partir do mês de fevereiro, para a cobertura de 200 dias letivos. Cada parcela corresponde a vinte dias de aula. O valor a ser repassado para a EEx é calculado da seguinte forma:

$$TR = \text{número de alunos} \times \text{número de dias} \times \text{valor per capita} \quad (1)$$

Onde TR é o total de recursos a serem recebidos

## 2.6 Agricultura familiar

Vários estudos indicam que a agricultura familiar contribui de forma considerável para a sustentabilidade do país, estando em um patamar importante na alimentação nacional. Através de pequenos produtores, vários alimentos chegam diariamente à mesa de inúmeros brasileiros, por estarem muitas vezes próximos as

idades, nas feiras, com preços atrativos e formas de cultivo menos invasivas (DAMASCENO *et al.* 2011).

No Portal Brasil (2014) há matéria dizendo que Segundo o novo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) "Estado da Alimentação e da Agricultura", a agricultura familiar tem capacidade para colaborar na erradicação da fome mundial e alcançar a segurança alimentar sustentável. No Brasil, a agricultura familiar representa 84% de todas as propriedades rurais do País e emprega pelo menos cinco milhões de famílias. Por outro lado, a modalidade agrícola ocupa apenas 24,3% do total da área utilizada por estabelecimentos agropecuários (GARCIA e MANCUSO, 2012).

O documento da ONU também menciona que a agricultura familiar produz cerca de 80% dos alimentos consumidos e preserva 75% dos recursos agrícolas do planeta. A agricultura familiar, no Brasil, é responsável pela maioria dos que chegam à mesa da população, como o leite (58%), a mandioca (83%) e o feijão (70%).o Governo estabeleceu uma Parceria envolvendo o PNAE e esses agricultores, fazendo com que parte dos alimentos adquiridos para a merenda escolar venham da agricultura familiar.

## **2.7 A política nacional de alimentação e nutrição.**

Com o advento de diversos projetos do Governo na área da alimentação, surge, em 1999 a PNAN – Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Essa busca fomentar a questão da alimentação através do SUS – Sistema Único de Saúde, pois, conforme já citado, uma alimentação adequada previne diversos contratempos, onerando menos o Estado no quesito saúde. Na Cartilha da PNAN lemos que a mesma tem por pressupostos os direitos à Saúde e à Alimentação e é orientada pelos princípios doutrinários e organizativos do Sistema Único de Saúde (universalidade, integralidade, equidade, descentralização, regionalização e hierarquização e participação popular), aos quais se somam os princípios a seguir (BRASIL, 2012).

O respeito à diversidade e à cultura alimentar: A alimentação brasileira, com suas particularidades regionais, é a síntese do processo histórico de intercâmbio cultural, entre as matrizes indígena, portuguesa e africana que se somam, por meio

dos fluxos migratórios, às influências de práticas e saberes alimentares de outros povos que compõem a diversidade sócio cultural brasileira (BRASIL, 2012).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a implantação e funcionamento do Programa Nacional de Alimentação, a melhoria nos hábitos alimentares tem refletido na saúde da população em geral. O escolar bem acompanhado e instruído leva para dentro de casa informações nutricionais corretas, alterando a rotina da família.

As diversas implicações relacionadas à construção da merenda escolar saudável e nutritiva é o canal norteador para a manutenção e constantes adequações de todos os projetos vigentes que propõe-se a levar uma boa alimentação à população.

A preocupação por parte das políticas públicas em oferecer uma merenda de qualidade repercute na redução de gastos com a saúde. O estudante permanecendo a maior parte do tempo nas escolas, o papel que os professores os professores e demais profissionais do ambiente escolar desempenham, colabora com a promoção e manutenção de hábitos saudáveis.

O ambiente escolar acompanhado por nutricionistas e profissionais educadores treinados e com a colaboração dos órgãos públicos, são elementos decisórios na garantia da formação de hábitos alimentares saudáveis, incentivando o melhor desempenho dos alunos.

## REFERÊNCIAS

BELIK, W; CHAIM, N A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Rev. Nutr.** v. 22, n. 5, p.595-607, 2009.

BRASIL. Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955: institui a companhia da merenda escolar. **Diário Oficial da União - Seção 1 de 02/04/1955**. Disponível em: <[https://www.fnede.gov.br/fndelegis/action/UriPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sql\\_tipo=DEC&num\\_ato=00037106&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=1955&sql\\_orgao=NI](https://www.fnede.gov.br/fndelegis/action/UriPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sql_tipo=DEC&num_ato=00037106&seq_ato=000&vlr_ano=1955&sql_orgao=NI)>. Acesso em: 25 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição** / Ministério da Saúde. BRASIL. Lei 11 947/2009– PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em:

<<http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/952.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

\_\_\_\_\_. Resolução do FNDE nº 32 de 10 de agosto de 2006: **Normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE**. Diário Oficial. Brasília, 11 de ago. 2006.

BRITO, P. A.; de Juventude e Políticas Públicas. Texto de apoio ao 4º seminário do Pronord 2004, realizado em Recife, PE, em novembro. Disponível em: <http://www.abdl.org.br/filemanager/fileview/197>>. Acesso em: 25 set. 2015.

CAMPOS, J. ADB; ZUANON, ACC. Merenda escolar e promoção de saúde. **Cienc. Odontol. Bras.**, v. 7, n. 3, p. 67-71, 2004.

CAMPOS, M. T. F. S.; SILVA, M. M. S. **Segurança alimentar e nutricional na atenção básica em saúde: Fundamentos práticos para promoção de ações**. 1ª ed. Viçosa. UFV. 2013a.

CAMPOS, M. T. F. S.; SILVA, M. M. S. **Segurança alimentar e nutricional na atenção básica em saúde: Metodologias para desenvolvimento de oficinas de capacitação** 1ª ed. Viçosa. UFV. 2013b.

CECANE - CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL SÃO PAULO. **Manual para aplicação dos testes de aceitabilidade no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. São Paulo, UNIFESP 2010.

DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 49, n. 1, p. 29-56. 2011.

DOMENE S. M. A. Políticas Públicas em alimentação Escolar. In: SAWAYA S. M., ed. **Anais do Simpósio Escola, Nutrição e Saúde: desafios contemporâneos**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo; 2005. Pp. 57–7.

ISSA, R. C.; et al. Alimentação escolar: planejamento, produção, distribuição e adequação. **Rev Panam Salud Publica**. v. 35, n. 2, p. 96-103. 2014

OCHSENHOFER, K; et al. O papel da escola na formação da escolha alimentar: merenda escolar ou cantina? **Nutr. J. Brazilian Soc. Food Nutr.**, São Paulo, SP. v. 31, n. 1, p. 1-16, 2006.

PORTAL BRASIL. ONU reforça a importância da agricultura familiar. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/10/onu-reforca-a-importancia-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 21 set. 2015.

SILVA, M. M. D. C; GREGÓRIO, E. L. Avaliação da composição nutricional dos cardápios da alimentação escolar das escolas da rede municipal de Taquaraçu de Minas — MG. **HU Revista**, v. 37, n. 3, p. 387-394, 2012.

TADDEI, J. A., LANG R.M.F., LONGO-SILVA, G., TOLONI M. H. A. **Nutrição em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Editora Rubio. 2011. 640 p.